

# Governo, sociedade e inclusão: o papel do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na promoção e articulação de ações para inclusão social

## Kátia Campos

Secretária de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

E-mail: [andre.carvalho@mds.gov.br](mailto:andre.carvalho@mds.gov.br)

## Resumo

Este artigo discute o papel do Estado e da sociedade no esforço de construção de uma rede de proteção e promoção social do país. A partir da experiência do Fome Zero, apresenta iniciativas importantes de parcerias estruturadas na área.

## Palavras-chave

Fome Zero. Inclusão. Parcerias. Responsabilidade social. Segurança alimentar.

## Government, society and inclusion: the role of the Ministry of Social Development and Fight against Hunger in the promotion and articulation of actions for social inclusion

## Abstract

*This article intends to discuss the role of the government and the society in building a social protection and promotion network nationwide. Based on the Zero Hunger experience, it presents important initiatives on structured partnerships in the area.*

## Keywords

*Zero Hunger. Inclusion. Partnerships. Social responsibility. Food security.*

Incluir socialmente os mais pobres significa dar-lhes dignidade, propiciar recursos para uma alimentação adequada e para suas necessidades básicas, zelar pela proteção de seus direitos, assegurar uma política de assistência social, de segurança alimentar e nutricional, por meio de uma rede de proteção e promoção social, na perspectiva de consolidação do exercício pleno de democracia. Significa, sobretudo, saldar a grande dívida social por meio de um projeto de nação calcado na emancipação do nosso povo, tendo cada cidadão as condições para assumir efetivamente a condição de sujeito da sua própria história e da história do país.

No Brasil de 1946, a publicação do livro *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, é um marco importante na denúncia e na demonstração das desigualdades sociais e regionais brasileiras. Nesta obra, síntese dos contrastes brasileiros, o autor, celebrado médico e geógrafo, quebra paradigmas vigentes até então ao comprovar que a fome é, antes de tudo, um problema social, ou *a expressão biológica dos males sociológicos* (Josué de Castro, citado por SÍCOLI, s/d), como ele próprio afirmava. Denuncia a fome em suas mais variadas formas, sobretudo a que ele chamou de *fome oculta*, revelando a gravidade e complexidade do problema no país. É um livro que conduz à reflexão e obriga o reconhecimento de um flagelo, porque comprova a existência da fome mesmo no meio da abundância, porque é uma abundância mal distribuída, o próprio retrato da exclusão e da desigualdade.

Mais recentemente, em 1993, Herbert de Souza, o Betinho, lança o “Movimento pela Ética na política”, criando uma importante mobilização social e, fazendo eco com a obra do mestre Josué, grita a sua denúncia: nada revela mais a falta de ética do que a existência da fome no Brasil. Em seu movimento, Betinho

refletia um sentimento da sociedade brasileira expresso na Constituição Federal de 1988: promover a inclusão dos pobres.

Desde então, diversos segmentos da sociedade de forma articulada demonstram um desejo de mudanças sociais no país. Como exemplo, podemos citar a criação do Conselho de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coep), do Instituto Ethos de Responsabilidade Social das Empresas, do Fórum Social Mundial e da Semana Nacional de Mobilização, que ocorre nos meses de agosto de cada ano.

O presidente Lula é eleito em 2002 comprometido com esse sentimento e com os movimentos que propiciaram grandes conquistas sociais e políticas no país. Em consonância com esse compromisso e com esse sentimento, em 2003, no seu discurso de posse, o presidente declara que se sentirá satisfeito, se, ao final de seus quatro anos de governo, cada brasileiro tiver direito a três refeições diárias. Lança, em função desse compromisso, o Fome Zero, uma estratégia coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que articula com 12 ministérios e outros 106 parceiros estratégicos, a maior articulação de políticas, programas e ações no apoio às classes desfavorecidas do Brasil. É o projeto de implantar efetivamente no país uma política de segurança alimentar e nutricional, que considera as condições estruturais para isso, facilitando o acesso aos alimentos e combatendo o quadro de exclusão social (Presidência da República s/d).

Somente o programa Bolsa Família, principal programa do governo federal e carro-chefe do Fome Zero, atende a cerca de 11,1 milhões de famílias em todo o território nacional, com pagamento de um benefício que garante renda mínima a famílias pobres. É o maior programa de transferência de renda. As políticas de combate à fome, à desnutrição e à desigualdade se tornam a prioridade que articula a estratégia governamental, e isso é feito de maneira democrática e participativa.

Pela primeira vez nos últimos 20 anos, grande contingente de pessoas migrou de classe social, tendo sua renda aumentada mais de 20%. Demonstrando grande interesse em construir políticas públicas sustentáveis por meio da discussão aberta e

transparente com a sociedade civil, o Governo Lula realizou, em seus primeiros quatro anos de mandato, 38 conferências nacionais setoriais envolvendo mais de 2 milhões de pessoas.

## MOBILIZAÇÃO

Essas conferências são instâncias de reflexões, de estímulo ao pensamento criativo, de debates e negociação nas áreas da saúde, do desenvolvimento social e combate à fome, da educação, do trabalho e emprego, do meio ambiente, dos esportes, dos direitos humanos, da aquicultura e pesca, nas questões de gênero, etnia, indígenas, entre outras. Estas são ações muito importantes para o processo de mobilização da sociedade brasileira para vitalizar e tonificar a formulação de políticas públicas baseadas na experiência coletiva de diversos segmentos sociais.

Os resultados já podem ser sentidos. Em recente estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base nos dados divulgados pela Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar de 2004 (Pnad), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata-se que as políticas de transferência de renda, considerando o Programa Bolsa-Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ambos sob a responsabilidade do MDS, têm forte impacto na redução da desigualdade social. Sem esses dois programas, a proporção de pobres em 2004 seria de 38% da população, e não os 31% identificados (SOARES e outros, 2006).

Esses estudos do Ipea confirmam que os programas sociais do governo são eficazes na redução da pobreza e da desigualdade, porque estão muito bem focalizados, chegando exatamente para aqueles mais necessitados. Todas essas políticas articuladas entre si com os programas de assistência social, segurança alimentar, saúde e educação compõem uma rede nacional de proteção e promoção social que está sendo implantada em todos os municípios brasileiros com o objetivo de promover a emancipação das famílias que hoje precisam da ajuda do Estado para superar uma histórica situação de exclusão, a quase totalidade delas identificadas por meio do Cadastro Único do Governo Federal.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), realizado em 2006 pelo Pnud, aponta o Brasil como

exemplo de melhoria na distribuição de renda. Melhora seu desempenho, uma vez que, segundo o documento, nos últimos cinco anos, o Brasil – um dos países mais desiguais do mundo – tem combinado controle da inflação com declínio na desigualdade de rendimentos e na pobreza. Hoje, o Brasil é o 10º mais desigual em uma lista com 126 países e territórios.

Com relação à América Latina, de acordo com o documento, os avanços ainda tiraram o Brasil da penúltima posição no *ranking* de distribuição de renda. O desempenho brasileiro é avaliado no relatório principalmente com base no índice de Gini – indicador de desigualdade de renda que varia de 0 a 1, sendo 0 em uma situação na qual toda a população possuísse uma renda equivalente, e 1 se apenas uma pessoa detivesse toda a riqueza do país. No relatório, o índice do Brasil é 0,580. O documento destaca ainda que o programa Bolsa Família é um dos grandes responsáveis pela melhoria da situação de distribuição de renda no Brasil.

As pesquisas e estudos feitos acerca desses resultados oferecem uma avaliação otimista em relação ao futuro do país. Mesmo partindo da constatação de que ainda há muito a ser feito para saldar efetivamente a pesada e longa dívida social acumulada no país, esses estudos reconhecem a importância e o peso dos avanços obtidos até então a partir das políticas públicas estabelecidas que confluem para formação e consolidação de uma rede de proteção e promoção social. Reafirmar as políticas públicas implantadas, garantir a sua ampliação e continuidade, propiciar que as famílias beneficiárias dos programas se emancipem social e economicamente é o desafio posto.

No campo da construção desse modelo de bem-estar social, e substancialmente na redução das desigualdades sociais, tem-se o desafio de estabelecer uma relação mais consistente entre Estado e sociedade civil, com parcerias estruturantes e contratuais, pactuadas no sentido de garantir a sua continuidade. É preciso ficar claro que o compromisso de erradicação da pobreza extrema e da inclusão social das famílias mais pobres depende da implementação de uma linha política pública clara, que tenha a coordenação e diretrizes devidamente fixadas e estabelecidas pelo Estado, mas que seja

elaborada com a participação da sociedade e oriente a articulação e a integração das diversas ações, programas e projetos.

Isso significa um Estado que assuma sua responsabilidade de formulador de políticas públicas, mas que seja permeável à sociedade, o que implica não somente maior participação, mas também mais transparência e controle social, pois o chamado “Estado Social” (BOBBIO, 1990) pressupõe uma via de mão dupla, com a sociedade permeada pelo Estado e vice-versa. Poderíamos traduzir esse conceito de Bobbio também como a presença constante do Estado na sociedade por meio de políticas públicas bem estruturadas e adequadas a suas demandas e essas mesmas políticas públicas elaboradas e instituídas de maneira democrática, popular e participativa.

Nesse sentido, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio de sua Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, vem trabalhando para que as diversas ações desenvolvidas por empresas públicas, privadas, instituições religiosas e sindicais e movimentos sociais possam se articular, construir soluções coletivas e produzir resultados para os beneficiários dos programas sociais. Nessas parcerias, são estabelecidos critérios e diretrizes compatíveis com um projeto nacional de inclusão social. Há uma normatização dos processos destas parcerias, elaborada para se respeitar e facilitar o entendimento dos objetos dos acordos.

Grandes empresas de diversos setores vêm atuando em parceria com o MDS no combate à fome. São processos alinhados estrategicamente com as políticas públicas de responsabilidade do MDS, como, por exemplo, restaurantes populares em grandes centros urbanos, fornecendo alimentação de qualidade a baixo custo, ou implantação de cisternas para coleta de água de chuva na região do semi-árido, propiciando melhor qualidade da água e redução substancial no tempo gasto por mulheres e crianças que precisavam se deslocar, por vezes, quilômetros de distância para buscar o líquido, na maioria das vezes impróprio para uso.

Visando à implantação de empreendimentos econômicos de forma solidária, o MDS trabalha em parceria com a Secretaria de Economia Solidária do

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. São cerca de 15 mil empreendimentos solidários identificados em recente pesquisa patrocinada pelo MTE, e grande parte deles atinge as famílias beneficiadas pelos programas sociais governamentais (Ministério do Trabalho e Emprego, 2006). Estão sendo estudadas as diversas formas de crédito disponíveis para as populações mais pobres, com o intuito de fortalecer as atividades de geração de trabalho e renda para as famílias beneficiadas pelos programas sociais.

Os Fundos Rotativos Solidários, os Bancos Populares e o Crediamigo do Banco do Nordeste, por meio do crédito produtivo solidário, são excelentes instrumentos na emancipação financeira das famílias. Experiências capitaneadas pelo governo federal, por estados e municípios brasileiros, organizações e instituições governamentais e não-governamentais demonstram o papel estimulador destes financiamentos e investimentos de pequena monta. Estima-se em 320 mil a carteira atual de clientes do microcrédito produtivo orientado no Brasil. Torna-se necessário, no entanto, a ampliação destes recursos, assim como melhores opções de financiamento no atendimento efetivo da classe trabalhadora e empreendedora.

O forte potencial e impacto desse tipo de investimento no desenvolvimento econômico tem hoje reconhecimento internacional. O mais evidente entre eles foi a entrega do prêmio Nobel da Paz 2006 para Muhammad Yunus, do Banco Grameen de Bangladesh, por seus esforços na criação de desenvolvimento econômico e social por meio de seus projetos de microcrédito. Yunus, também chamado de Banqueiro dos Pobres, apostou na criatividade e na convicção de que os cidadãos querem tomar nas mãos as rédeas do próprio destino.

Na mesma linha defendida por Yunus, trata-se de reconhecer o direito ao trabalho para os mais pobres dos pobres. A inserção social desses, na maioria das vezes não é possível por meio de esquemas clássicos, tantas vezes geradores de subsídio-dependência. Cidadãos que recebem estímulo e oportunidade são capazes de garantir a própria subsistência. Basta ofertar-lhes crédito produtivo e orientação para o empreendimento e fornecer a assistência técnica necessária.

Esta é uma extraordinária forma para romper com o ciclo de pobreza intergeracional que surge, em boa hora, com as famílias pobres identificadas por meio do Cadastro Único e com apoio governamental mediante diversos programas de assistência social e segurança alimentar, além de transferência de renda. Somente estes somam mais de R\$ 50 bilhões de reais por ano. Este crédito é o segundo passo para promoção da inclusão social de forma sustentável.

Ainda com o objetivo de promover a sustentabilidade dos empreendimentos, o MDS apóia a Rede de Tecnologia Social (RTS), que reúne, organiza, articula e integra um conjunto de instituições, com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de tecnologias sociais. A tecnologia social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas na interação com a comunidade e devem representar efetivas soluções de transformação social.

Dentre as tecnologias sociais certificadas pela rede, pode-se citar as cisternas na região do semi-árido brasileiro, que foram criadas em função da dificuldade de garantir o consumo e a produção de alimentos para a subsistência das famílias, por causa das irregularidades das chuvas, da evaporação da água e dos tipos de solo da região. A cisterna adaptada para roça é um sistema de captação, armazenamento e uso racional da água. Essa tecnologia é formada pela captação da água das chuvas que escorre dos desníveis do terreno ou de áreas pavimentadas, em um reservatório de água – com capacidade de armazenamento maior do que a cisterna para uso doméstico – e um sistema de irrigação, que pode ser operacionalizado manualmente ou por sistemas de bombeamento e gotejamento. Com a água de uma cisterna de 16 mil litros (sem ser a de consumo doméstico), é possível irrigar um “quintal produtivo” de 10 metros quadrados de verduras, regar mudas ou ter água para galinhas e abelhas.

Outra importante tecnologia social é a meliponicultura, que consiste no manejo de abelhas indígenas sem ferrão e está sendo adotada por comunidades rurais, em vários estados brasileiros. Um dos objetivos é montar um banco de matrizes para serem reproduzidas semestralmente e repassadas aos mora-

dores para a produção e comercialização de mel. Esta ação busca minimizar a carência de oportunidade de trabalho e renda na região amazônica. A meliponicultura vem se tornando uma importante atividade geradora de renda para a população local. Também é possível reforçar a dieta alimentar, incentivando o consumo do mel como fonte de vitaminas.

Excelente exemplo de parceria do MDS é o firmado com a Petrobras, que implantou em 2003 o Petrobras Fome Zero, tendo investido mais de R\$ 300 milhões de reais em ações de fortalecimento das políticas públicas de combate à miséria e à fome. Inúmeras ações estão sendo implantadas em todo o Brasil, com a participação direta das comunidades. Por meio de um processo de seleção pública, a empresa escolhe projetos adequados às linhas de atuação do Fome Zero que priorizam a educação e qualificação profissional, geração de trabalho, emprego e renda, garantia dos direitos da criança e do adolescente, empreendimentos sociais e voluntariado.

Outro bom exemplo é a parceria com o Banco do Brasil, que desenvolve uma das mais importantes e abrangentes atividades para a promoção da emancipação financeira das famílias beneficiárias de programas sociais do governo federal. O Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), lançado em 2003, busca impulsionar, por meio da mobilização de seus agentes econômicos, políticos e sociais, o desenvolvimento sustentável das regiões onde o Banco está presente para práticas de apoio a atividades produtivas economicamente viáveis e socialmente justas, respeitando a diversidade cultural das comunidades.

Desde 2004, a estratégia tem sido expandida para todas as regiões do Brasil, chegando às periferias dos grandes centros urbanos e, em especial, às capitais do Nordeste. O Banco estima que, até 2007, cerca de 2.500 agências estejam trabalhando com foco em DRS em pelo menos uma atividade produtiva, projetando atuação em 3 mil municípios e envolvendo 500 mil famílias. Até início de novembro de 2006, existiam no Banco do Brasil 2.319 agências habilitadas a atuar com a Estratégia DRS. Ao todo, são 2.131 Diagnósticos e Planos de Negócios DRS em andamento, dos quais 876 em execução, envolvendo 197 mil famílias em 2.511 municípios e recursos da ordem de R\$ 740 milhões.

Uma ação vigorosa na implantação dos telecentros vem acontecendo por atuação do Ministério do Desenvolvimento de Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e outros parceiros do Fome Zero, com o apoio do MDS. Em suas mais variadas versões, estão localizados em regiões carentes do Brasil por meio da doação de computadores, implantação de cursos e acesso à internet. Eles definitivamente entraram na agenda política do Governo Lula. São importantes peças de comunicação, formação, capacitação e favorecem a redução das desigualdades sociais, meta primeira do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Os telecentros propiciam acesso à informação a pessoas menos favorecidas e estão situados tanto nas áreas pobres das grandes periferias urbanas como nas áreas mais distantes, em comunidades rurais de diversas regiões brasileiras como na Amazônia. Estima-se em mais de 5 mil os telecentros implantados no Estado brasileiro com o apoio dos organismos do governo federal e suas estatais. Propiciam a abertura de um mundo de conhecimento e de oportunidades para milhares de habitantes que ainda não possuem os meios para adquirir um computador pessoal ou o acesso à internet em suas casas (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2006, p. 58).

Desta forma, eles antecipam a história, revolucionam espaços e atraem a atenção de milhares de jovens, crianças e adultos na descoberta de um novo e fascinante universo.

Os telecentros são reconhecidos como elementos fundamentais de inclusão digital para as famílias carentes. Além da possibilidade de acesso e utilização das tecnologias de comunicação e informação (TICs), os telecentros se caracterizam, sobretudo, pela capacidade de articular o desenvolvimento econômico no ambiente onde atuam, potencializando o exercício efetivo e amplo da cidadania na era digital. São inegáveis os danos da exclusão digital à população beneficiária dos programas sociais do governo federal. Os beneficiários desses programas necessitam se integrar na sociedade da informação, objetivando ampliar as oportunidades de negócios e de trabalho que induzam ao crescimento na produção e geração de emprego e renda.

De acordo com documento elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2006), “o uso da internet pode estimular e fortalecer as atividades produtivas, propiciadas por:

- acesso a informações dos diferentes produtos, ofícios e artes produzidos em outras regiões do país e/ou do exterior;
- capacitação mediada por computadores em técnicas de produção, *design*, organização de pequenas e microempresas, comercialização, gestão, associativismo, cooperativismo, comércio justo, economia solidária etc.;
- acesso a programas e projetos de governo voltados ao incentivo de atividades produtivas nas áreas de agricultura, comércio, indústria, turismo, artesanato e serviços etc.;
- acesso às informações de gestão, associativismo e cooperativismo, como formas de organização de grupos produtivos e inserção em programas de economia solidária;
- acesso a informações de mercado, principalmente das redes de comércio justo e solidário no Brasil e no exterior;
- acesso a informações sobre legislação tributária e organização de pequenas empresas, de cooperativas e associações de produtores etc.;
- utilização do comércio eletrônico, por meio de páginas na internet divulgando produtos e serviços locais e regionais;
- intercâmbio com escolas técnicas, universidades e centros de pesquisa tecnológica;
- acesso às informações sobre crédito, microcrédito e serviços bancários mediado por computadores interligados à internet. Bancos públicos, bancos privados e entidades provedoras de microcrédito podem usar os telecentros como plataformas para assegurar esses serviços de interesse dos empreendedores, artesãos e da comunidade local e regional para implantação de correspondente bancário com ou sem numerário” (p. 58-59).

O MDS vem atuando também em várias frentes de mobilização e educação cidadã, visando à sensibilização da população para a sua inserção nas

políticas sociais e o controle social. São muito significativos os resultados dos trabalhos com a Pastoral da Criança, o Movimento de Educação de Base, a Visão Mundial, os Vicentinos, entre outros.

A Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias atua no sentido de estimular essas parcerias que, firmadas, são certificadas de acordo com normas internas, recebendo o selo Fome Zero. Das 106 parcerias pactuadas, mais de 30 estão embuadas nas atividades de geração de trabalho e renda. Com o mesmo enfoque de normatização, o MDS vem participando da construção da ISO 26.000 de Responsabilidade Social, cujo processo no Brasil é coordenado pela ABNT. A aplicação da prática da responsabilidade social envolve múltiplas dimensões, além das doações a projetos sociais. Espera-se que esta norma, a exemplo da NBR 16.001, publicada em 2004 – Responsabilidade Social – Sistema de Gestão – Requisitos, e da NBR 16.002, publicada em 2005 – Responsabilidade Social – Sistema de Gestão – Qualificação de auditores –, possa orientar as empresas nas ações de responsabilidade social.

Com certeza, se cada empresa cumprir com rigor suas obrigações com relação à qualidade de seus produtos, serviços, criação de empregos e apoio à economia local, proteção ao meio ambiente, cumprimento das leis trabalhistas e tratamento de seus consumidores, trabalhadores e fornecedores com justiça e apoio ao desenvolvimento da comunidade onde ela está inserida, teremos um Brasil muito melhor.

O MDS tem ainda o papel de indutor da formação e consolidação de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, atuando no sentido de sistematizar e divulgar informações de áreas temáticas prioritárias para fortalecimento do capital humano, do capital social, da capacidade de gestão pública e, principalmente, da geração de trabalho e renda, destacando-se as aquisições da agricultura familiar e o fomento aos arranjos socioprodutivos locais no âmbito da economia solidária, das microfinanças, do artesanato e do comércio eletrônico.

Na sua articulação com outros organismos das três esferas de governo, com instituições religiosas, sindicais, empresariais, financeiras, acadêmicas, com os movimentos sociais, o MDS procura integrar

diferentes tipos de atividades entre si, buscando a racionalização dos esforços, a maximização dos resultados no processo de formação e capacitação das famílias beneficiárias dos programas sociais sobre sua responsabilidade. Essa atitude demonstra como a sociedade empresarial e os gestores públicos têm se mobilizado e ainda podem se mobilizar, em torno de causas que podem promover a redução das desigualdades de oportunidades no Brasil.

Como bem lembra o ministro Patrus Ananias (2005), as políticas sociais, além do caráter ético de promover a vida, desempenham um papel importante dinamizador da economia, ao valorizar e estimular as economias locais e regionais. Estamos formando cidadãos e também novos consumidores. Com o esforço conjunto de governo e sociedade, estamos atingindo o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, com justiça social e em condições de igualdades para todos os brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- ANANIAS, Patrus. Compromisso de uma geração. *Correio Braziliense*, Brasília, 10 out. 2005.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Telecentros de informação e negócios: o desafio da inclusão digital da microempresa e empresas de pequeno porte. In: FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, 2006, Brasília. *Anais...* Brasília, 2006.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. *Atlas da economia solidária*. Brasília, 2006.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. *Fome zero*. Disponível em: <<http://www.fomezero.com.br>>. Acesso em: nov. 2006.
- SÍCOLI, Juliana Lordello. *Pactuando conceitos fundamentais para construção de um sistema de monitoramento da SAN*. [S.l.]: Instituto Polis, 2005. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/download/65.pdf>>. Acesso em: nov. 2006.
- SOARES, Fábio et al. *Programas de transferência de renda no Brasil: impacto sobre a desigualdade*. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para discussão/IPEA, n. 1228).